

Prevenir o crime organizado: inteligência policial, democracia e difusão do conhecimento

Autor: Rodrigo Carneiro Gomes

Mestrando em Direito. Professor da Academia Nacional de Polícia.
Delegado de Polícia Federal.

publicado em 16.12.2009

 [\[enviar este artigo\]](#)  [\[imprimir\]](#)

Resumo: A Lei 9.034/1995, que trata do crime organizado, traz os principais meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. Há vários instrumentos elencados, como a “ação controlada”, o acesso a dados, a interceptação ambiental e a infiltração policial. Há a necessidade cada vez maior de técnicas modernas de inteligência, porém ainda existem problemas vinculados ao gerenciamento das informações obtidas, com possibilidade de perda de dados. Propõem-se a maior integração entre os órgãos de segurança pública, com a mitigação da exacerbada compartimentação, e a comunicação em tempo real de possíveis ameaças ao Estado a fim de neutralizar as ações de organizações criminosas.

Palavras-chave: Crime organizado. Combate. Repressão. Meios operacionais. Sistema de inteligência. Compartimentação. Sigilo. Secretismo. Integração.

Abstract: The brazilian federal Law 9.034/1995 treats the organized crime. It brings the main operational ways for the prevention and repression of actions practiced by criminal organizations. It has some instruments as the “controlled action”, data access, ambient interception and police infiltration. Each day past show us that is the time of modern techniques of intelligence. There is a real necessity of changes. We still have problems to manage the obtained information, with possibility of loss of data. The answer is a better integration between agencies of public security. It is necessary to reduce the red tape and secrecy and to communicate in real time possible threats to the State, in order to neutralize the action of criminal organizations.

Keywords: Organized crime. Combat. Repression. Operational ways. Intelligence system. Secrecy. Integration.

Sumário: Introdução. 1 O crime organizado e a integração de serviços de inteligência na Itália. 2 A importância da inteligência. 3 O mecanismo de inteligência brasileiro. 3.1 Informação, dados e inteligência. 3.2 Atividade de inteligência: concepção, história e agências. 3.3 O Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). 3.4 Inteligência de Segurança Pública (ISP) – Sisbin e parcerias. O exemplo da cooperação entre Abin e DPF. 3.5 Secretismo e democracia. 3.6 Controle externo da atividade de inteligência. 3.7 Cooperação internacional de serviços de inteligência. 4 Inteligência policial: em busca da integração e sistematização. 4.1 Gestão de conhecimento e compartilhamento. 4.2 Iniciativas públicas para compartilhamento de dados e preservação do conhecimento. Conclusão. Referências bibliográficas.

Introdução

A criminalidade organizada no Brasil tem avançado de forma significativa e o foco da segurança pública é, principalmente, o combate a organizações criminosas dentro de unidades prisionais, sendo conhecida a propalada origem e idealização dessas facções no Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, Rio de Janeiro, em torno do ano de 1979.

Nos últimos cinco anos, com inúmeras rebeliões de presos coordenadas simultaneamente e assassinatos de policiais, o crime organizado mostrou de onde surgem os comandos criminosos: dos presídios. É alarmante a quantidade de informações e ordens trocadas dentro de unidades prisionais, enviadas e recebidas do perímetro externo. Por meio de *salves*, comandam, matam, traficam, roubam, corrompem (policiais e militares ou recrutam ex-policiais para treinamentos), fazem *leasing* de armamento pesado, escambam drogas por armas, criam *sites* criptografados, portam minas, granadas e metralhadoras antiaéreas, constroem muralhas, fossos, casamatas, *bunkers* e levantam barricadas, tanto com o objetivo de obter vantagem econômica ou material indevida como para demonstrar controle e domínio pela difusão do medo, com fechamento de comércio local, eliminação de agentes públicos e seus familiares e facções rivais.

A gestão de conhecimento pelos criminosos é tolerada pelo Estado. A omissão e a ineficácia estatais, muitas vezes compradas, quando combinadas com a leniente legislação prisional, carente de regulamentação, permitem a perigosos criminosos o uso irrestrito de meios de comunicação, acesso à telefonia móvel celular, computadores, e-mail, livros, jornais, televisões, através dos quais a *network* da organização criminosa estabelece seus vínculos e se fortalece.

Nesse contexto, vislumbra-se a imperiosidade do aperfeiçoamento de diplomas legislativos, da melhoria da gestão de conhecimento, da rede de comunicação e da difusão de dados entres as instituições encarregadas da aplicação da lei, para que o Estado disponha de instrumentos apropriados para a reversão do grave quadro de segurança pública delineado.

Urge a adoção de medidas compatíveis com o Estado democrático de direito que preservem a vida do cidadão, garantam sua liberdade e segurança, o que é factível com a recepção de um modelo de gestão do conhecimento e de inteligência policial que faça frente à *network* do crime.

1 O crime organizado e a integração de serviços de inteligência na Itália

A Lei 9.034/1995, que trata do crime organizado, traz os principais meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas.

Há vários instrumentos elencados, como a ação controlada ou entrega vigiada (*controlled delivery*), o acesso a dados fiscais, bancários, financeiros e eleitorais, a captação e a interceptação ambiental e a infiltração por agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação.

Na Itália, de onde adaptamos o regime disciplinar diferenciado, há a Polícia Penitenciária (*Corpo dei Polizia Penitenziaria*), antes vinculada ao Ministério do Interior e hoje ligada ao Ministério da Justiça italiano, pelo Departamento de Administração Penitenciária, criada pela Lei 395, de 15.12.1990. Posteriormente, em 1997, foi criado um grupo especializado, na estrutura citada, o *Gruppo Operativo Mobile* (GOM) da *Polizia Penitenziaria*, com atribuições definidas quanto à prospecção de ações de detentos integrantes de organizações criminosas.

As questões que envolvem crime organizado são resolvidas por um *pool* de magistrados italianos, especializados no tema, criado na década de 80. Outro exemplo italiano de integração e uso de inteligência como técnica especial de mineração de dados, operacional e investigativa, ocorre desde o mês de dezembro de 1991. É a experiência de integração entre as diversas polícias que compõe uma central de serviços de inteligência, cuja direção é revezada entre integrantes indicados de cada uma das corporações que integram a **Direção de Investigação Antimáfia** (DIA), sob a supervisão do Ministério do Interior italiano.

Da experiência italiana, cujos precedentes de crime organizado muito se assemelham com escândalos recentes no Brasil, como a **máfia do apito**, superfaturamento de licitações, exigência de vantagem indevida, corrupção, extorsão e financiamento de campanhas eleitorais, tiramos a conclusão da necessidade não apenas de especialização da estrutura do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia, no combate ao crime organizado, como, também, de utilização de meios eficazes à sua repressão, como a **ação controlada**, delação premiada, sistemas de inteligência interligados entre os diversos órgãos estatais competentes, entre outros.

O professor de ciência política da Universidade do Novo México, EUA, Peter Lupsha (*apud* Dantas, **(1)** 2006), leciona que para controlar o crime organizado é importante o uso proativo da inteligência policial e uma legislação produzida com a finalidade de promover o controle das suas atividades, destacando-se: (a) a utilização de operações veladas de inteligência realizadas a longo prazo por profissionais de elite, (b) o uso ativo da **observação eletrônica**, especialmente regulada em legislação própria para o controle do crime organizado, (c) a implantação de programas de proteção a testemunhas e (d) a utilização de instrumentos jurídicos de expropriação de bens em casos envolvendo o crime organizado.

Temos de partir do princípio de que o crime organizado veio para ficar, que não vai desaparecer após uma ou duas operações policiais (Mingardi, 2006, p. 51). Para controlar e reprimir as organizações criminosas é imprescindível o acesso e a disponibilização de informações confiáveis e utilizáveis.

Os investimentos, a integração, o treinamento, o suporte legislativo, o apoio institucional e a especialização no combate ao crime organizado são ferramentas imprescindíveis no serviço de inteligência; embora esgotáveis e limitadas, não podem ser dispensadas, para o bom andamento dos trabalhos nas diversas unidades estatais.

2 A importância da inteligência

A inteligência que não é acionável ou não proporciona o potencial para ações futuras, segundo a doutrina da Marinha americana, é inútil. Fernandes (2006, p. 12), em tradução livre da publicação da doutrina de inteligência do *Department of the Navy, Headquarters United States Marine Corps*, **Marine Corps Doctrinal Publication** (1997, p. 7/8), traz à colação o norte orientador da boa doutrina: “A boa inteligência não repete simplesmente informações reveladas por fontes. Ao contrário, ela desenvolve uma gama de material que nos diz o que aquela informação significa e identifica suas implicações para os tomadores de decisão.”

Afonso (2006, p. 49) defende que o serviço de inteligência executado de forma séria e comprometida tem o condão de produzir informação explicativa e preditiva (isto é, o dado selecionado recebe tratamento, é trabalhado). A função de a inteligência atender a solicitações das autoridades “não constitui simples disseminação de dados coletados ou segredos roubados.” Para o doutrinador, o principal mérito da atividade de inteligência, aquilo que a torna imprescindível para qualquer governo, “é a competência de pôr em prática um conjunto de métodos materializado ao longo do **ciclo de inteligência**, além de fazê-lo com oportunidade, amplitude otimizada, o máximo de imparcialidade, clareza e concisão.”

As palavras de outro especialista em inteligência estratégica, Robson Gonçalves (2007, p. 5), ganham, nesse contexto, relevo ao pontuar que “o Estado não pode prescindir dos serviços de inteligência, pois estes produzem o conhecimento necessário à tomada de decisões e trabalham na proteção destas informações, impedindo que elementos de inteligência adversos comprometam os interesses nacionais.”

Da inteligência aplicada aos serviços de polícia judiciária e de segurança pública, em geral, provêm informações de irrefutável interesse no

enfrentamento e investigação de ações de organizações criminosas; identificação de grupos criminosos, do *modus operandi* e da divisão de tarefas; individualização de seus integrantes e comandos hierárquicos; plotagem da localidade ou região de atuação; indicação de tendências criminosas; monitoramento e documentação da atuação criminosa e do eventual informante (interceptação telefônica combinada com ação controlada, com recurso à vigilância eletrônica, móvel ou fixa); identificação do indivíduo criminoso mais propenso para cooperar com a investigação policial ou para ser oferecida a delação premiada; prevenção de crimes; proteção de testemunhas.

3 O mecanismo de inteligência brasileiro

Para alcançar um padrão de excelência na utilização dos meios operacionais da Lei 9.034/1995, é necessário que haja um tratamento adequado da informação, posteriormente transformada em conhecimento, inteligência e ação, com acesso às mais diversas ferramentas tecnológicas. Sempre é necessária a transformação de informação (dados não tratados), para o alcance do conhecimento estratégico, conhecimento esse buscado, inclusive, por empresas para conquista de mercados, pelo que se chama **inteligência competitiva**(2) e **gestão de informação**.

3.1 Informação, dados e inteligência

Informação, dados e inteligência são termos comuns da língua portuguesa, mas que adquirem uma dimensão diferenciada quando ditos por analistas e especialistas em inteligência de Estado (*lato sensu*) ou por integrantes do que se convencionou chamar de **comunidade de inteligência**.

Dados são a forma primária de informação. São fatos, tabelas, gráficos, imagens, etc. que não foram processados, correlacionados, integrados, avaliados ou interpretados e sem qualquer sentido inerente (Sianes, 2005, p. 259, *apud* Fernandes, 2006, p. 11).

Fernandes (*idem*) oferece uma distinção técnica entre **informação** e **inteligência**. Para o autor, **informação** é a matéria-prima para a produção de inteligência, utilizada em apoio ao processo de tomada de decisão (decisões pontuais ou de nível tático-operacional), relaciona-se com fatos presentes ou passados e deve expressar o estado de certeza. A **inteligência** é um conhecimento(3) que prescinde da oportunidade; deve pressagiar e cogitar probabilidades sobre aspectos de um evento, em juízo antecipatório, anteriormente, pois, à sua realização. A menção à inteligência pode abranger a própria atividade, o produto dessa atividade e a unidade responsável pela atividade (órgão, departamento, núcleo, seção).

DeLadurantey (1995, p. 383, *apud* Dantas; Souza, 2004, p. 1, trad. livre) define a expressão **inteligência** da seguinte maneira:

“É o conhecimento das condições passadas, presentes e projetadas para o futuro de uma comunidade, em relação aos seus problemas potenciais e atividades criminais. Assim como a Inteligência pode não ser nada mais que uma informação confiável que alerta para um perigo potencial, também pode ser o produto de um processo complexo envolvendo um julgamento bem informado, um estado de coisas, ou um fato singular. O ‘processo de Inteligência’ descreve o tratamento dado a uma informação para que ela passe a ser útil para a atividade policial.”

3.2 Atividade de inteligência: concepção, história e agências

Na concepção histórica de atividade de inteligência estatal, sua função era limitada e exclusiva para suporte de estratégia militar. Hodiernamente, a atividade de inteligência estatal é concebida como atividade pública de Estado (não é de governo, de partido ou de interesse privado), figurando a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) como órgão central(4) do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

Houve um hiato na atividade de inteligência do Estado com a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI), no período Collor, e a criação do Sisbin, e posterior edição do seu decreto regulamentador, o Dec. 4.376/2002. Com a extinção do SNI, foi criada a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), com atribuições repartidas entre o Departamento de Inteligência, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (Cefarh) e as Agências Regionais.

Kelsem Rios (2008, p. 1) desvenda a confusão generalizada de atividade de inteligência com o preconceito associado à repressão da ditadura militar, que acarretou a extinção do SNI e quase uma década sem concurso público para cargos do Departamento de Polícia Federal:

“Serviço de inteligência, quando se trata de governo, entre nós ainda possui ares de repressão, de regime de exceção, quando, na verdade, as mudanças estruturais e sistemáticas só podem ser alcançadas com maciço investimento em inteligência de Estado, elemento de negação e de produção de conhecimento renovado.”

No ordenamento jurídico brasileiro, a oficialização de um sistema de inteligência de âmbito nacional para tratamento de informação de cunho estratégico foi tardia e não acompanhou diversos modelos europeus, como o italiano, por exemplo. Pela Lei 9.883/1999, foi instituído o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e criada a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). No âmbito do Departamento de Polícia Federal (DPF), é a Diretoria de Inteligência Policial (DIP) que integra o Conselho Consultivo do Sisbin, cujo órgão central é a Abin.

3.3 O Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin)

Com o advento da Lei 9.883/1999, o legislador pretendeu integrar as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência e declarou sua finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional. Quanto ao Sisbin, concebeu-o como órgão colegiado responsável pelo processo de obtenção, análise e disseminação da informação necessária ao processo decisório do Poder Executivo, bem como pela salvaguarda da informação contra o acesso de pessoas ou órgãos não autorizados.

Buscou-se uma definição legal para serviços de inteligência de Estado, entendida como “a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado” (art. 1º, § 2º, da Lei 9.883/1999).

O Dec. 4.376/2002, regulamentador da lei que cria a Abin e o Sisbin, ao dispor sobre os integrantes do Sisbin**(5)** (art. 4º) e do seu Conselho Consultivo (art. 8º), agrupou 10 Ministérios, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), a Casa Civil/PR, a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Abin, bem como os mais importantes Departamentos e Secretarias dos respectivos órgãos.

Esse respeitável conglomerado é formado pelas autoridades públicas e agentes políticos que detêm o maior nível de conhecimento dentro da Administração Pública Federal e sobre os temas de maior destaque nacional, entre eles a defesa nacional e a segurança pública.

É de bom alvitre que os temas ali discutidos não se restrinjam a consultas para embasar o processo decisório da Presidência da República, mas que alcance objetivos mais concretos e menos abstratos, como a entabulação de debates a respeito do grave problema da criminalidade organizada, por exemplo. Embora possa parecer, num primeiro momento, que a preocupação com a segurança pública e o fenômeno da criminalidade organizada e da violência possam extrapolar as atribuições do Sisbin, a própria configuração desse órgão não deixa dúvidas de que é possível

aperfeiçoar o seu mecanismo de atuação em prol de toda a sociedade brasileira. Provavelmente, diante da falta de explicitude da lei que instituiu o Sisbin, no final do ano de 2000, foi criado um subsistema do Sisbin (Sisp), com esse propósito, voltado à inteligência de segurança pública.

Reforça a tese de que os temas relacionados com a segurança pública podem ser trazidos à pauta de discussão do Sisbin a descrição dos seus objetivos pelo art. 6º, V, do Dec. 4.376/2002, entre os quais se destaca o estabelecimento dos respectivos mecanismos e procedimentos particulares necessários às comunicações e ao intercâmbio de informações e conhecimentos no âmbito do Sistema.

3.4 Inteligência de Segurança Pública (ISP) – Sisbin e parcerias. O exemplo da cooperação entre Abin e DPF

Em 21.12.2000 foi editado o Dec. 3.695/2000, que criou o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública**(6)** (Sisp), no âmbito do Sisbin, com a finalidade de coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo o País, bem como suprir os governos federal e estaduais de informações que subsidiem a tomada de decisões neste campo.

Lima Ferro (2006, p. 85) aponta que a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública)**(7)** define a inteligência de segurança pública, com esteio no Dec. 3.695/2000, como atividade sistemática de produção de conhecimentos de interesse policial, apoiando as atividades de prevenção e repressão dos fenômenos criminais.

É de fundamental importância a integração dos órgãos públicos, dos setores de inteligência de Estado e de Segurança Pública, especialmente os de polícia judiciária. Cabe salientar que aos integrantes do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp) incumbe identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais de segurança pública (nível estratégico) e produzir conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza (nível tático-operacional).**(8)**

Nessa esteira, parece ser também a visão antecipada pelo ex-dirigente da Abin, o Delegado de Polícia Federal Paulo Fernando da Costa Lacerda, que, em entrevista ao jornal Valor Econômico, de 22.11.2007, anunciou a idealização do Departamento de Integração do Sisbin e que cada serviço de inteligência de órgão público ocupará uma sala na Abin, com cinco funcionários em regime integral, à semelhança de gabinetes de crise. Para o Diretor-Geral da Abin, “a cultura dos órgãos da administração pública é a de não trocar informações” e “o que queremos é facilitar a disseminação de informações dentro do sistema e desburocratizar.”

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manifestou-se a respeito da integração dos órgãos de inteligência e de segurança pública em importante *leading case*, na apreciação da possibilidade do trabalho conjunto de servidores públicos da Abin com policiais federais, admitindo a parceria em votação unânime, na destacada operação Satiagraha e com amparo na Lei nº 9.883/1999, que criou o Sisbin. A ementa do acórdão foi lavrada nos seguintes termos:

“HABEAS CORPUS - PENAL E PROCESSO PENAL - PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO (ABIN) EM INQUÉRITO CONDUZIDO PELA POLÍCIA FEDERAL - AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA - LEI 9.883/99 QUE PERMITE COMPARTILHAMENTO DE DADOS ENTRE ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA - NULIDADES VERIFICADAS NA FASE PRÉ-PROCESSUAL NÃO CONTAMINAM FUTURA AÇÃO PENAL - ORDEM DENEGADA.

(...)

4. Não há prova acerca de um prejuízo concreto experimentado pelo paciente, pelo fato de servidores da Agência Brasileira de Informação,

hipoteticamente, terem conhecido o conteúdo de conversas telefônicas interceptadas. É certo que esse fato pode até vir a gerar a responsabilização funcional daquela autoridade que eventualmente violou o seu dever de sigilo, contudo, tal violação não possui o condão de macular a prova como um todo.

5. A Lei 9.883/99 – que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência – indica a possibilidade de órgãos componentes do aludido sistema compartilharem informações e dados relativos a situações nas quais haja interesse do estado brasileiro. Tanto a Polícia Federal como a ABIN integram o Sistema Brasileiro de Inteligência, como se infere dos incisos III e IV do artigo 4º do Decreto nº 4.376/2002, que regulamenta a Lei 9.883/99.

6. O compartilhamento de dados e informações sigilosos entre os órgãos encarregados da persecução penal e outros órgãos integrantes do Estado não é novidade. Basta lembrar que, ordinariamente, IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Receita Federal, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), BACEN (Banco Central do Brasil) e CVM (Comissão de Valores Mobiliários), os quais cita-se apenas a título de exemplo, compartilham dados com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, visando o aprofundamento das apurações criminais, e isso nunca causou perplexidade ou surpresa.”(HC 34848, 5ª T. do TRF-3ª, publ. no DJF3 de 26.03.2009, p. 2.199, Rel. Juiz Convocado Hélio Nogueira)

Veja-se que integração e parcerias entre órgãos públicos, empresas, particulares e terceiros ocorre normalmente no curso natural de fluxo de informações e fortalecimento dos interesses públicos em busca do bem-estar social e do proveito comum, sempre com fins lícitos. Tratando-se de fluxo de informações de natureza operacional, sigilosa ou de informativos de inteligência, com o escopo de instruir ou viabilizar inquérito policial, ou seja, atos de natureza de polícia judiciária, o compartilhamento de informações é restrito a órgãos públicos competentes e sempre sob a presidência e supervisão da autoridade de polícia judiciária, que é o Delegado de Polícia.

Estando presente a figura do Delegado de Polícia, na posição de garante, coordenador e supervisor das operações, é legal, lícito e ético a coleta, análise e tratamento de informações por órgãos parceiros, pois impera o interesse público na persecução criminal, resguardadas as garantias e direitos individuais e coletivos.

O que não é permitido nem admitido legalmente é a ação isolada, sem a prática de atos de polícia judiciária, de acesso e quebra de sigilo fiscal, bancário, telefônico e telemático, sem a devida autorização judicial em procedimento investigatório, que necessariamente deve estar sob o comando, supervisão e tutela de um Delegado de Polícia, autoridade competente constitucionalmente para a prática de atos de polícia judiciária.

3.5 Secretismo e democracia

O viés de inteligência de Estado (estratégica, de defesa nacional, de segurança pública e de polícia judiciária), principalmente quando operacionalizada por policiais, militares e analistas, sofreu alguns tropeços ocasionados pela frágil perspectiva ética, em tempos não tão remotos, para retornar ao seu papel de obter informações em nível estratégico decisório, voltado para o combate ao crime organizado.

Não há como discordar da relevância da atividade de inteligência na defesa do Estado e da sociedade, como anota Joanisval Gonçalves (2005, p. 15-16); entretanto, evidencia-se o grande dilema sobre o papel da inteligência em regimes democráticos:

“(...) como conciliar a tensão entre a necessidade premente do segredo na atividade de inteligência e a transparência das atividades estatais,

essencial em uma democracia?’(9)

Associada a essa questão, outra preocupação surge, sobretudo nas sociedades democráticas que viveram, em passado recente, períodos autoritários: como garantir que os órgãos de Inteligência desenvolvam suas atividades de maneira consentânea com os princípios democráticos, evitando abusos e arbitrariedades contra essa ordem democrática e contra os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos?’(10)

Prossegue o culto Consultor Legislativo do Senado Federal(11) e chama a atenção para a maneira como determinada sociedade lida com o dilema transparência *versus* secretismo,(12) em termos de procedimentos e atribuições dos serviços de Inteligência, que seria, na sua percepção, um indicador do grau de desenvolvimento da democracia nessa sociedade. (13)

De fato, o Estado é, em sua essência, cercado pelo segredo, como anota Robson Gonçalves (2007, p. 5), e não haveria de ser de outra forma, pois o sigilo e a discrição fazem parte das ações de governo, da manutenção da soberania e da obtenção de vantagens estratégicas, sendo imprescindível para o país “esse manto de proteção às informações ditas de ‘segurança nacional’ e a busca por informações que possam revelar ameaças ou oportunidades ao País.”

Em desprezível síntese, nas palavras de Menezes e Gomes (2006, p. 40): “Deve-se desfazer da antiga mística do **secretismo** que envolvia as ações de inteligência tradicionais. Não que esse fenômeno deva ser de todo ignorado, mas é preciso reconfigurar o papel da inteligência policial quanto ao seu papel em um contexto democrático, suas possibilidades e limites, bem como as formas de sistematização e armazenamento dos dados respectivos.”

A escola tradicional de inteligência alterou seus paradigmas, no campo policial, a partir das novas necessidades de obtenção e tratamento de dados voltados não mais para a formação pura e simples de dossiês contra supostos inimigos do Estado ou relacionados às atividades de interesse dos governantes.

A moderna escola de inteligência busca a satisfação intransigente das necessidades do povo brasileiro nos campos estratégico, decisório de políticas públicas do Estado e de segurança pública. Com muita propriedade, Bessa (2004, p. 71) insiste que “ao profissional de inteligência das organizações estatais não é permitido ter uma agenda própria, ele é um servidor do povo e da Constituição, que deve ter por linha-mestra o interesse da sociedade e do Estado.”

Ao descortinar a dicotomia segredo *versus* transparência, o Estado, ao mesmo tempo em que deve manter sua atividade de inteligência com discrição e denodo, tem que buscar o delicado ponto de equilíbrio com o enaltecimento do direito à informação, o direito de petição e o acesso a dados públicos, sem deixar que o exacerbado secretismo prejudique as ações voltadas ao combate ao crime organizado, pois, como registram Menezes e Gomes (2006, p. 39), “ainda existe compartimentação excessiva, que é desnecessária e improdutiva: ao invés de garantir uma hipotética segurança, inviabiliza-se a utilização das informações em trabalhos de repressão ao crime organizado.”

Destaca Lorenz de Azevedo (2002, p. 5), Diretor da Diretoria de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal, que:

“As democracias não podem liquidar com o crime organizado, a partir da invasão indiscriminada na privacidade de seus nacionais, no curso de investigações policiais.

A inteligência policial, cumpridora dos preceitos legais vigentes nas democracias, atuando na prevenção, obstrução, identificação e neutralização das ações do crime organizado, sempre em proveito dos

interesses da justiça e em defesa da sociedade, por meio de extensa coleta de dados e com ampla capacidade de busca dos conhecimentos necessários, desponta como a opção juridicamente viável e socialmente aceita no combate à violência e ao crime organizado.”

Nesse cenário, a Polícia Federal tem, na prática da atividade de inteligência, o carro-chefe de seu trabalho, já alicerçado em pilares democráticos e exercido nos limites legais, como o do art. 6º da Lei 9.296/1996, que dispõe sobre a comunicação e acompanhamento pelo Ministério Público, nos casos de interceptação telefônica, precedida de autorização judicial fundamentada (art. 5º).

3.6 Controle externo da atividade de inteligência

O art. 6º da Lei 9.883/1999 dispôs que o controle e a fiscalização externos da atividade de inteligência, bem como dos atos decorrentes da execução da Política Nacional de Inteligência, serão exercidos pelo Poder Legislativo e o respectivo órgão será integrado pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Em 21.11.2000, com tal propósito, foi instalada a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), que substituiu o antigo Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política Nacional de Inteligência.

Cepik (2005, p. 86-87) menciona que a CCAI enfrentou, pelo menos até o ano de 2004, dificuldades para exercer suas funções de controle, as quais decorrem de três fatores principais:

“1) Do próprio desenho institucional do órgão, presidido a cada ano em caráter rotativo pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara dos Deputados; 2) da falta de recursos técnicos e de pessoal, como exemplifica o fato de que a única funcionária do Senado que se especializou no tema e contribuiu decisivamente para implementar a CCAI tem que apoiar os trabalhos de várias comissões e da mesa diretora do Senado; 3) da falta de assertividade do Congresso Nacional como um todo no trato com os componentes militares e policiais do Sisbin, uma vez que a Abin e os demais Ministérios não parecem ter colocado maiores obstáculos ao trabalho da comissão ao longo destes primeiros anos.”

A execução da Política Nacional de Inteligência, fixada pelo Presidente da República, é atribuição da Abin, sob a supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo (art. 5º da Lei 9.883/99).

E, por tal razão, é à Abin, por força do art. 10, IX, do Dec. 4.376/2002, que cabe representar o Sistema Brasileiro de Inteligência perante o órgão de controle externo da atividade de inteligência.

3.7 Cooperação internacional de serviços de inteligência

Herman (1996, p. 217) propala que a cooperação do processo de inteligência é um fator chave de sucesso regional nos aspectos de defesa e de integração econômica (*apud* Ribeiro, 2006, p. 124) e define a inteligência como uma atividade multinacional, sendo que o poder da inteligência nacional não é uma função apenas de capacidades nacionais, mas também de cooperação e produção externa obtida, *in verbis*:

“(...) modern intelligence is a multinational activity. National intelligence power is a function not only of national capabilities but also of the foreign cooperation and product they obtain.”

O fruto da cooperação internacional entre os serviços de inteligência é a maximização do potencial informativo obtido através da convergência de dados e ações de inteligência e de gestão de conhecimento, em

contraponto a ações difusas, dispersas e individuais.

Afirma Herman (1996, p. 213, *apud* Ribeiro, *idem*) que uma razão básica para o incentivo à cooperação é que sempre existe mais informação potencialmente disponível do que qualquer agência estatal pode coletar por si só: “(...) *one basic reason for cooperation is that there is always more information potentially available than any agency can collect by itself.*”

A integração trará inúmeros benefícios, que são arrolados por Fábio Ribeiro (2006, p. 125-126):

– fortalecimento do ciclo de inteligência regional contra as ameaças latentes e a integração das informações estratégicas comuns aos Presidentes das Repúblicas;

– intercâmbio de analistas e profissionais de inteligência para o conhecimento das culturas e práticas para a condução de um processo de inteligência regional;

– estabelecimento de uma escola integrada de inteligência, que visa atender as necessidades do complexo exterior e da política internacional de cada estado;

– integração dos sistemas de inteligência nacional de cada estado, em combate às ameaças junto à segurança internacional;

– estabelecimento de um controle integrado da atividade, juntamente ligada ao processo de defesa da região, de forma institucionalizada;

– criação de um banco de informações, que congrega todas as fontes e potencialidades de inteligência para a estruturação de políticas de segurança e defesa regional;

– fortalecimento da inteligência militar e geração de conhecimento para o complexo de defesa da América do Sul, além do fortalecimento da integração e cooperação das Forças Armadas da região;

– dotação de uma força conjunta de inteligência integrada ao sistema internacional de polícia, que possa estabelecer um banco de informações completo e em tempo real do crime organizado internacional;

– gerar uma estrutura de informações estratégicas que possa estabelecer parâmetros para o desenvolvimento de estratégias nacionais e conjuntas, na qual cada governo possa aproveitar suas potencialidades por meio de um sistema de fortalecimento do Mercosul, através de Inteligência Econômica, Inteligência Financeira e Inteligência Estratégica.”

4 Inteligência policial: em busca da integração e sistematização

A **inteligência policial**, ou melhor, os serviços de inteligência de polícia judiciária e mesmo a inteligência de segurança pública (ISP) se voltam, especificamente, para a realização da justiça criminal, de propósito instrutório e probatório criminal (repressão que acontece reativamente, depois da eclosão do crime, e se concretiza por atos de investigação), bem como para a prevenção e controle de criminalidade (*softwares* de georreferenciamento, quadros de padrões criminais, estatísticas, mapeamento de “manchas de criminalidade”).

A **inteligência policial** é, nas precisas palavras de Celso Ferro Júnior (2005, p. 9), a atividade que objetiva “a obtenção, análise e produção de conhecimentos de interesse da segurança pública no território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência da criminalidade”, e também assessora “as ações de polícia judiciária e ostensiva por intermédio da análise, compartilhamento e difusão de informações.”

Note-se que há uma diferença entre a atividade de inteligência de Estado

e a atividade de inteligência policial. Enquanto a primeira prima pelo assessoramento das autoridades de governo no processo decisório, a segunda busca a produção de provas da materialidade e da autoria de crimes. A **inteligência policial** é, em suma, voltada para a produção de conhecimentos a serem utilizados em ações e estratégias de polícia judiciária, com o escopo de identificar a estrutura e as áreas de interesse da criminalidade organizada, por exemplo.

Pacheco (2005, p. 5) leciona que a inteligência dita de Estado (ou seja, relativa à segurança nacional, isto é, do Estado e da sociedade como um todo) deve ser complementada pela inteligência de segurança pública (ISP), cujo conceito está em construção. Para o Promotor de Justiça de Minas Gerais, a inteligência de segurança pública (ou inteligência criminal) divide-se em inteligência policial (desenvolvida no âmbito das Polícias) e inteligência prisional (ou, mais restritivamente, inteligência penitenciária, desenvolvida no âmbito dos estabelecimentos prisionais).

Lorenz de Azevedo, Diretor de Inteligência Policial do DPF (2002, p. 5), destaca que, na seleção do pessoal adequado às operações de inteligência policial, serão consideradas as aptidões inatas e o prévio treinamento em missões de combate ao crime organizado e que a continuidade dos procedimentos de coleta e busca executados pelos policiais conhecedores da investigação é essencial para o sucesso operacional. Também, anota o experiente dirigente e Delegado de Polícia Federal que:

“A experiência demonstra que o tempo de permanência dos policiais nos trabalhos de monitoramento das comunicações telefônicas influirá na sua capacidade de interpretar corretamente as mensagens implícitas existentes nas conversações interceptadas, distinguindo com precisão as manifestações subjetivas dos investigados reveladoras de suas reais intenções.”

A inteligência policial, na área de segurança pública, deve estar voltada, especialmente, para a produção de prova criminal, a ser utilizada em ação penal cujo caráter é público contra organizações criminosas. É preciso, para que não se distancie desse norte, reconfigurar o papel da inteligência policial quanto ao seu desempenho, sua ação, em um contexto democrático, suas possibilidades e limites, bem como as formas de sistematização e armazenamento dos dados respectivos.

4.1 Gestão de conhecimento e compartilhamento

Para aprimoramento dos sistemas de inteligência e de combate ao crime organizado, o Estado tem que promover o compartilhamento de dados com estabelecimento de canais formais. Há bancos de dados institucionais da Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Exército, Marinha, Aeronáutica, Abin, Detran, bancos de dados policiais das delegacias especializadas em lavagem de dinheiro, imigração ilegal, assalto a banco e, ainda, os não policiais, como os da Receita Federal, Dataprev/INSS, CNIS, mas os setores responsáveis pelo gerenciamento dos dados respectivos não interagem, o que gera uma enorme quantidade de dados perdidos e pouco trabalhados.

Mingardi (2006, p. 46-47) faz uma abordagem direta da questão: no caso brasileiro não existe um sistema definido, cada Estado da federação tem ou não tem um sistema de inteligência policial, e, na maioria das vezes, existe uma multiplicidade de órgãos que disputam migalhas de informações. O ex-Secretário de Segurança de Guarulhos, a fim de reafirmar o seu posicionamento, invoca o exemplo paulista:

“A Polícia Militar tem seu grupamento de inteligência, com *status* de batalhão, que é a P2, e cada batalhão tem sua própria unidade de P2. Na Polícia Civil existe o Dipol (Departamento de Inteligência Policial). No Departamento de Narcóticos (Denarc) também existe uma divisão de inteligência, da mesma forma que no Deic, departamento que deveria enfrentar o crime organizado, mas cuida basicamente de crimes contra o patrimônio. Com frequência, os departamentos de polícia do interior

também têm seus setores de inteligência. Mesmo assim, cada vez que ocorre uma rebelião nos presídios ou um ataque contra a polícia, os órgãos policiais são pegos desprevenidos. Ou seja, existem muitos órgãos e pouca inteligência.

A dispersão de esforços começa na coleta de dados, seja por meio de agentes de campo, seja de coleta de informações públicas. As diversas agências com frequência correm atrás do mesmo objetivo, por meio das mesmas fontes, por falta de comunicação ou delimitação de tarefas ou até por pura rivalidade. O mesmo ocorre na hora do armazenamento dos dados. Na maioria dos estados, os dados coletados pelos órgãos de segurança pública normalmente são armazenados em bancos de dados diferentes, muitas vezes ficando apenas no papel."

É incontestável que a vivência profissional de Guaracy Mingardi o habilita, com a autoridade de quem foi Secretário de Segurança, a discorrer essas audaciosas linhas numa seara tão pouco explorada. O referido exemplo é didático e demonstra, na prática, a situação que o autor se propôs a expor: falta de comunicação entre as instituições, ausência de interface entre os sistemas informatizados, visão restrita do conhecimento e secretismo em razão de poucas informações que só têm sentido se reunidas, jamais quando pulverizadas.

Marco Aurélio Cepik (2003-c, p. 110) expõe sua concepção a respeito da eficácia e eficiência de múltiplos sistemas de inteligência, com contornos análogos ao pensamento de Guaracy Mingardi:

"Diferentes sistemas nacionais de inteligência são mais ou menos institucionalizados, mais ou menos adaptáveis, complexos, autônomos e coerentes. Em síntese, mais ou menos ágeis. Como seus desempenhos diferenciados têm consequências para a segurança nacional, seria preciso discutir ainda a questão dos possíveis efeitos de uma precária supervisão congressual sobre o desempenho dos serviços de inteligência e, de modo geral, sobre o segundo desafio associado à institucionalização: o da compatibilização desses sistemas nacionais de inteligência com o princípio da transparência (...)."

As consequências de manutenção do *status quo* dos serviços de inteligência como órgãos públicos burocráticos, sem aproximação, e focados apenas em competência das agências para problemas locais e específicos são de todos conhecidas: os ataques do PCC em São Paulo e os atentados terroristas em Nova Iorque (11/09) não foram evitados, por mais sofisticados que sejam os serviços de inteligência paulista e norteamericano.

As declarações do Diretor-Geral da Abin e ex-Diretor-Geral do DPF ressoam e marcam o leitor pela radiografia perfeita: "a cultura dos órgãos da administração pública é a de não trocar informações" (Paulo Lacerda, 2007, 1º caderno, *apud* Romero, 2007). É preciso disseminar as informações e desburocratizar.

Outro fator preocupante é a perda do conhecimento, quando o operador e desenvolvedor do banco de dados não providencia uma interface amigável de comunicação com outros cadastros.

Aliás, observa-se, diuturnamente, que, muitas vezes, na ausência de iniciativa governamental, é o próprio policial ou profissional de segurança pública, dedicado e interessado, que monta sua própria base de dados. Infelizmente, em que pese a dedicação exclusiva e o amor ao serviço público e à sociedade desses profissionais, nem sempre o Estado se preocupa com a continuidade desse trabalho hercúleo e sua valorização.

Com razão, asseveram Ferro Júnior *et al* (2005, p. 73) que a sobrevivência das organizações contemporâneas, a exemplo das instituições policiais, da Abin e da Receita Federal do Brasil, depende cada vez mais da "capacidade de se construir um modelo de gestão do conhecimento, com estratégia, estrutura, decisão e identidade, apto a

responder a um contexto cada vez mais complexo e instável da sociedade.”

Nessa construção de um modelo de gestão – do conhecimento (específico) ou das instituições públicas (geral, amplo), sendo que ambas as gestões são estratégicas –, o papel das academias e escolas de formação profissional são fundamentais, muito embora nossa tradição de “escolas de governo” e academias de administração pública seja pequena e relegue o conhecimento e a formulação teórica ao modelo empírico, como observa Kelsem Rios (2008, p. 1).

Mas é possível vislumbrar iniciativas muito oportunas que tentam mudar o rumo sombrio que se delineia.

4.2 Iniciativas públicas para compartilhamento de dados e preservação do conhecimento

O novo passaporte brasileiro,(14) implantado no ano de 2007, atende às normas internacionais estabelecidas pela Organização de Aviação Civil Internacional (Icao)(15) e possibilita a formação de um banco de dados com as informações principais e dados biométricos dos usuários de transporte aéreo internacional em trânsito no país. Com nova roupagem, permite o registro imediato, em sistema informatizado, da entrada e saída de brasileiros e estrangeiros do território nacional, além de registrar, por código de barras bidimensional, a fotografia do passaporte.

Na reunião da ENCCLA 2008 (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos),(16) foram traçadas metas a serem cumpridas justamente no tocante à criação e consulta de base de dados intergovernamentais, *in verbis*:

- expandir a rede Infoseg para integrar os cadastros de identidades civis dos estados, passaportes, Sinpi, CNIS, aeronaves e embarcações;
- desenvolver sistema de informação processual criminal integrado entre Polícia Federal e Civil, Ministérios Públicos Federal e Estadual e Justiça Federal e Estadual;
- elaborar manual contendo descrição das bases de dados disponíveis em cada órgão da ENCCLA, estruturados em suporte eletrônico ou não, incluindo as espécies de informações e a forma de obtê-las;
- propor medidas para aperfeiçoar a segurança documental das certidões de registros civis.

A partir do ano de 2009, a metodologia de trabalho da ENCCLA foi modificada para a criação não mais de metas, mas de ações. Essas ações decorrentes de grupos de trabalho no âmbito da ENCCLA foram tripartidas em focos a) operacional e estratégico; b) jurídico; e c) de tecnologia da informação. Com o foco de tecnologia da informação, a ação integrada destacou a importância de ações quanto a sistemas de informação (criação, acesso, integração, interoperação e aprimoramento de sistemas de informação em geral); indicadores e estatística (análise estatística e numérica dos assuntos relevantes para tomada de decisão dos grupos da ENCCLA); e pesquisa e análise (apoio a projetos de aprofundamento de temas, com vistas ao uso de tecnologia para solução de problemas, ressaltando o viés do aumento da capacidade de análise).

Na Conferência Diplomática sobre Proteção Marítima, realizada em Londres, no mês de dezembro de 2002, foi adotado, pela Organização Marítima Internacional, o Código Internacional de Segurança e Proteção de Embarcações e Instalações Portuárias(*ISPS Code*),(17) com 104 páginas, que estabelece medidas relativas à proteção de navios e instalações portuárias, os papéis e responsabilidades dos Estados partícipes das Nações Unidas, de modo a detectar e dissuadir atos que ameacem a segurança no setor de transporte marítimo.

O Projeto Fronteiras, implantado pela Senasp em conjunto com a Federação Nacional de Empresas de Seguros e Resseguros do Brasil (Fenaseg), possibilita a análise e monitoramento das principais rodovias do Brasil e facilita a produção de conhecimento estratégico e tático acerca da movimentação de veículos com irregularidades administrativas ou registro de ocorrência de roubo ou furto. A ferramenta desenvolvida no âmbito do Projeto Fronteiras possibilita a análise da conjuntura e viabiliza a gestão de conhecimento para a realização do policiamento preventivo e do policiamento repressivo/investigativo (Magalhães, 2006).

Quando o projeto for concluído integralmente, o resultado que se espera alcançar é o aumento da eficácia e da capacidade de resposta do poder público ao combate do roubo de cargas.

As iniciativas governamentais para proteção do solo, espaço aéreo e marítimo e de seus nacionais se multiplicaram após o evento fatídico do **11 de Setembro**. Aperfeiçoamento de sistemas informatizados, construção de bases de dados, passaportes com leitura ótica e dezenas de detalhes contra fraudes são apenas parte de um pacote de segurança pública e defesa nacional adotado mundialmente, que impescinde da compartimentação de dados sem secretismo exacerbado, competição ou canais burocráticos.

Conclusão

É incontestável e premente a maior interação entre os órgãos internos do Departamento de Polícia Federal, outros órgãos policiais e de segurança do Estado, com a mitigação da exacerbada compartimentação, com a comunicação em tempo real de possíveis ameaças ao Estado a fim de neutralizar as ações criminosas.

Veja-se que é recente, nas nossas memórias, o atentado terrorista do *World Trade Center*, em Nova Iorque, referido no meio policial especializado como *nine-eleven*, debitado à falta de comunicação do **Escritório Federal de Investigação (FBI)** com o Serviço de Imigração e a **Agência Central de Inteligência (CIA)** quanto à presença de terroristas em solo norte-americano e seus treinamentos em escolas de aviação, arquitetados sob o codinome de **Projeto Bojinka**.⁽¹⁸⁾ Obviamente, além da falha de difusão,⁽¹⁹⁾ é possível que o poder ofensivo das células terroristas tenha sido subestimado.⁽²⁰⁾

É possível e almejável reverter a restrição de acesso às informações de inestimável valor para a atividade investigatória e de inteligência da Polícia Federal, desde que sejam revistos os métodos de gestão do conhecimento, capazes de organizar e sistematizar um fluxo pelos quais as informações possam não apenas chegar a todos que tenham interesse por elas, mas estar disponíveis para consulta e uso, quando for o caso.

Reconheça-se, por justiça, que esse é um problema que, no Brasil, perpassa por todo o sistema de segurança pública, cujas polícias encontram-se, no geral, e de imediato, mais preocupadas em resolver o crônico problema de sucateamento e baixa remuneração de que são vítimas e não têm tempo para produzir, de modo aceitável, conhecimento passível de armazenagem e utilização.

É pela efetiva cooperação entre as agências intergovernamentais, em sentido amplo, pela mitigação do secretismo oficial e pelo investimento maciço em recursos tecnológicos e na área de inteligência que podem ser desencorajadas ações recentes do Primeiro Comando da Capital (PCC), que ocorrem desde 1997 (no ano de 2002: uma onda de mais de 40 rebeliões no Estado de São Paulo; no mês de maio/2006: 299 ataques, 82 rebeliões carcerárias, em nível nacional e simultâneas, 42 agentes públicos assassinados; no mês de julho/2006: 106 ataques, 6 agentes penitenciários assassinados), assim como as das bases do crime organizado e as das organizações terroristas poderiam e podem ser suplantadas e extirpadas, minimizando-se, assim, perdas e maximizando-se as ações dos órgãos de segurança pública.

Referências bibliográficas

Afonso, Leonardo Singer. Fontes abertas e inteligência de Estado. **Revista Brasileira de Inteligência** 2-2/49-62. Brasília: Abin, abr. 2006.

Agência Brasileira de Inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência** 1-1. Brasília, 2005.

_____. Conselho Consultivo do Sisbin. **Manual de inteligência: doutrina nacional de inteligência: bases comuns**. Brasília, 2004.

Alves, Rex Nazaré. O papel da atividade de inteligência em relação às políticas públicas. Seminário internacional. **A atividade de inteligência e os desafios contemporâneos**. Brasília: Abin, nov. 2005.

Azevedo, Daniel Lorenz de. Atividade de inteligência na prevenção do crime organizado (mesa n. 6). Seminário: Atividades de inteligência no Brasil. Brasília: Abin, CCAI, Faperj, 07.11.2002. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Conselho/CCAI/SemCCAI.asp>. Acesso em: 08.02.2008.

Bessa, Jorge da Silva. **A importância da inteligência no processo decisório**. III Encontro de estudos: desafios para a atividade de inteligência no século XXI. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, set. 2004.

Brasil. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. IP 30-1. **A atividade de inteligência militar**: 1.^a Parte: Conceitos básicos. Brasília: EGCF, 1995.

Cepik, Marco Aurélio Chaves. Serviços de inteligência na era da informação? Resenha do Livro de Michael Herman. **Revista de Sociologia e Política** 18/151-156. Curitiba: UFPR, jun. 2002.

_____. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 2003a.

_____. Inteligência militar. In: Aldo Rebelo; Luis Fernandes. (orgs.). **Política de defesa para o Século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003b. vol. 1.

_____. Sistemas nacionais de inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual. **Revista de Ciências Sociais** 46-1/75-127. Rio de Janeiro, 2003c.

_____. Regime político e sistema de inteligência no Brasil: legitimidade e efetividade como desafios institucionais (1999-2004). **Revista de Ciências Sociais** 48-1/67-113. Rio de Janeiro, 2005.

Dantas, George Felipe de Lima; Souza, Nelson Gonçalves de. As bases introdutórias da análise criminal na inteligência policial. 25.06.2004. Disponível em: <http://www.fenapef.org.br>. Acesso em: 20.01.2007.

_____. Crime organizado. Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis. Brasília, nov. 2002. Disponível em: <http://www.cobrapol.org.br>. Acesso em: 12.02.2008.

D'avila, Aldo Prates. Inteligência. Secretaria de Estado e Segurança Pública de Santa Catarina, 2005. Disponível em: www.ssp.sc.gov.br/dini/Inteligencia.htm. Acesso em: 08.02.2008.

Deladurantey, Joseph C. Intelligence. **The encyclopedia of Police Science**. New York & London: Garland Publishing, 1995.

Escola Superior de Guerra. **Manual Básico** – elementos doutrinários. Rio de Janeiro, 2005. v. 1.

Estados Unidos. Department of the Navy. Headquarters United States Marine Corps. **The nature of intelligence**. Washington: DC, 1997. (Marine Corps Doctrinal Publication (MCDP), 2).

Fernandes, Fernando do Carmo. Inteligência ou informações? **Revista Brasileira de Inteligência** 2-3/7-21. Brasília: Abin, set. 2006.

Ferro, Alexandre Lima. Inteligência de segurança pública e análise criminal. **Revista Brasileira de Inteligência** 2-2/77-92. Brasília: Abin, abr. 2006.

Ferro Júnior, Celso Moreira. **A atividade de inteligência na polícia civil do DF**. MBA Segurança Pública e Defesa Social, disciplina Atividade de inteligência e contrainteligência policial. Apresentação áudio-visual. Brasília, União Pioneira de Integração Social (UPIS), 2005.

_____.; Dantas, George Felipe de Lima. A descoberta e a análise de vínculos na complexidade da investigação criminal moderna. *Jus Navigandi* 1441, a. 11, Teresina, 12.06.2007. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10002>. Acesso em: 06.02.2008.

Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais. III Encontro de estudos: **desafios para a atividade de inteligência no século XXI**. Brasília, set. 2004.

Gomes, Elizabeth; Braga, Fabiane. **Inteligência competitiva**: como transformar informações em um negócio lucrativo. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

Gonçalves, Joanisval Brito. O controle da atividade de inteligência: consolidando a democracia. **Revista Brasileira de Inteligência** 1-1/15-32. Brasília: Abin, dez. 2005.

Gonçalves, Robson José de Macedo. A inteligência e o Poder Legislativo. Senado Federal, Brasília. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senado/seseg/doc/ArtigoRobson1.pdf>>>. Acesso em: 21.01.2007.

Gottlieb, S. L.; Arenberg, S.; Singh, R. **Crime analysis**: from first report to final arrest: study guide and workbook. Montclair: Alpha Publishing, 2002.

Herman, Michael. **Intelligence power in peace and war**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

Lupsha, Peter A. **Networks versus Networking**: analysis of an organized crime group. Beverly Hills: Sage, 1983.

_____. Organized Crime in the United States. In: Kelly, Robert J., **Organized Crime**: A Global Perspective, p. 32-57. New York: Rowman & Littlefield, 1986.

_____. Transnational Organized Crime *versus* the Nation-State. In Transnational Organized Crime. **Journal Offprint** 2-1/21-48. Portland, Spring, 1996.

Magalhães, Luiz Carlos. A inteligência policial como ferramenta de análise do fenômeno: roubo de cargas no Brasil. 19.06.2006. Disponível em: <http://www.infoseg.gov.br/infoseg/arquivos/a-inteligencia-policial-como-ferramenta-de-analise-do-phenomeno-roubo-de-cargas-no-brasil>. Acesso em: 10.02.2008.

Menezes, Rômulo Fisch de Berrêdo; Gomes, Rodrigo Carneiro. Integração dos sistemas de inteligência – por uma mudança de paradigmas e mitigação da síndrome do secretismo. **Revista Phoenix** ed. especial 7/38

-42, a. 3. Brasília: Sindepol, out.-dez. 2006.

Mingardi, Guaracy. Inteligência policial e crime organizado. In: Renato Sérgio de Lima; Liana de Paula (orgs). **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto, 2006.

Moresi, Eduardo Amadeu Dutra. Inteligência organizacional: um referencial integrado. **Ciência da informação** 30-2/35-46. Brasília, maio-ago. 2001.

_____; Nehme, Cláudio Chauke; Ferro Júnior, Celso Moreira; Alves, C. F. **Tecnologia da informação aplicada à cognição organizacional na atividade policial**. Anais do VII Workshop de Tecnologia da Informação: VII Workshop de Tecnologia da Informação, Brasília, 2005.

Pacheco, Denilson Feitoza. Atividades de inteligência e processo penal. IV Jornada Jurídica da Justiça Militar da União – Auditoria da 4.^a CJM, 30.09.2005, Juiz de Fora/MG. Disponível em: <http://www.militar.com.br>. Acesso em: 08.02.2008.

Ribeiro, Fábio Pereira. Cooperação estratégica em inteligência formação da defesa regional: uma contribuição dos serviços de inteligência. **Cadernos Prolam/USP** 1/113-128, a. 5. São Paulo: USP, 2006.

Rios, Kelsem Ricardo. Penso, logo resisto. **Estado de Minas**, Cad. Direito & Justiça. 14.01.2008, p. 1.

Romero, Cristiano. Lacerda propõe triplicar Abin em 5 anos. Valor Econômico. 22.11.2007. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=1400>. Acesso em: 08.02.2008. Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=395702>. Acesso em: 08.02.2008.

Sianes, Marta. **Compartilhar ou proteger conhecimentos?** Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva. São Paulo: Saraiva, 2005.

Souza, Nelson Gonçalves de. **Integração de sistemas de informação na segurança pública do Distrito Federal**: um modelo de consenso e suas possibilidades. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação) – Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Brasília, Universidade Católica de Brasília, 2003.

Notas

1. Dantas, George Felipe de Lima. Crime organizado. Disponível em <http://www.cobrapol.org.br/HTM/noticia.asp?cod=119>. Acesso em 12.02.2008.

2. **Inteligência Competitiva** é o resultado da análise de dados e informações coletados do ambiente competitivo da empresa que irá embasar a tomada de decisão, pois gera recomendações que consideram eventos futuros, e não somente relatórios, para justificar decisões passadas. (Gomes; Braga, 2001, p. 28, *apud* Fernandes, 2006, p. 13). Bessa (2004, p. 68) ensina que “a inteligência competitiva faz uso intensivo das chamadas fontes abertas – informações publicamente disponibilizadas – em contraposição ao modelo vigente nas agências estatais de inteligência, que valoriza prioritariamente as informações de fontes secretas.”

3. **Conhecimento de Inteligência** é o resultado da aplicação da metodologia para a **produção do conhecimento** sobre um conjunto de dados, processados ou não, pertinentes a determinado assunto de interesse da atividade de Inteligência (Brasil, 1995, 1^a parte, p. 3-1, *apud* Fernandes, 2006, p. 11).

Para Fernandes (*idem*), “o produto desse processo poderá ser uma **Informação** ou **Inteligência**. O conhecimento **Informação** é definido como uma série de dados organizados de um modo significativo, analisados e processados. Agregamos valor a esse produto avaliando sua pertinência, qualidade, confiabilidade e relevância, e integrando-o a um saber anterior. A partir desse trabalho, elabora-se um quadro da situação que gera hipóteses, sugere soluções, justificativas de sugestões, críticas de argumentos.”

4. Excepcionados a coordenação, o planejamento e a execução de atividade de inteligência operacional necessária ao planejamento e à condução de campanhas e operações militares das Forças Armadas, no interesse da defesa nacional (art. 10, parágrafo único, do Dec. 4.376/2002).

5. São órgãos integrantes do Sisbin: Ministérios da Justiça (Senasp, SNJ, DPF, DPRF, Depen, DRCI), Saúde (Anvisa), Meio Ambiente, Trabalho e Emprego, Ciência e Tecnologia, Previdência Social, Integração Nacional (Secretaria Nacional de Defesa Civil), Relações Exteriores (Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais), Fazenda (RFB, Bacen, Coaf), Defesa (Departamento de Inteligência Estratégica da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, Centro de Inteligência da Marinha, Centro de Inteligência do Exército, Secretaria de Inteligência da Aeronáutica), Casa Civil da Presidência da República (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam), Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Controladoria-Geral da União e Abin.

6. Integram o subsistema, obrigatoriamente, os Ministérios da Justiça (MJ), da Fazenda (MF), da Defesa (MD) e da Integração Nacional e o GSI/PR, tendo como órgão central a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJ) e, facultativamente, os órgãos de Inteligência de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, que participam como membros eventuais do Conselho Especial do Sisp, sem direito de voto.

O Conselho Especial do Sisp se reúne trimestralmente e tem entre suas funções o acompanhamento e avaliação do desempenho da atividade de inteligência de segurança pública. É integrado, permanentemente, e com direito de voto, pelo Senasp, que o presidirá; um representante da DIP/DPF; um da área operacional da Polícia Rodoviária Federal (DPRF/MJ); um do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF/MF); um da Coordenação Geral de Pesquisa e Investigação (Copei) da RFB/MF; dois do Ministério da Defesa; um do GSI/PR; um da Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional; e um da Abin.

7. No sítio do Ministério da Justiça na Internet, consta uma lista de conceitos básicos definidos pela Senasp:

“A **Defesa Social** inclui, entre outras atividades, a prestação de serviços de segurança pública e de defesa civil.

A **Segurança Pública** é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

A **Defesa Civil** é um conjunto de medidas que visam prevenir e limitar, em qualquer situação, os riscos e perdas a que estão sujeitos a população, os recursos da nação e os bens materiais de toda espécie, tanto por agressão externa quanto em consequência de calamidades e desastres da natureza. A prestação de serviços públicos de segurança, em sua expressão Polícia Geral, inclui o policiamento ostensivo, a apuração de infrações penais e a guarda e recolhimento de presos.

A premissa maior da atividade de segurança pública é a sua perspectiva sistêmica, expressa na interação permanente dos diversos órgãos públicos

interessados e entre eles e a sociedade civil organizada.

A prestação de serviços públicos de segurança engloba atividades repressivas e preventivas, tanto de natureza policial quanto não policial, a exemplo, como no caso do provimento de iluminação pública.

Os serviços de segurança pública de natureza policial e não policial devem buscar estabelecer, aperfeiçoar e manter, conjunta e permanentemente, um sentimento coletivo de segurança.” Disponível em: <http://www.mj.gov.br>. Acesso em: 14.02.2008.

8. Na opinião de Fernandes (2006, p. 16), os órgãos públicos, por seus serviços e unidades de nível tático-operacional, em termos de produção de conhecimento, elaboram e utilizam **informações** e “não produzem **conhecimentos de nível estratégico** e raramente se valem de conhecimentos estratégicos para suas ações, seja de coleta/busca, seja na execução de uma tarefa específica em sua área de atuação” (sequestro, estelionato, outras fraudes).

Para o autor, **conhecimento de nível tático-operacional** é o conhecimento requerido para subsidiar as ações dos órgãos/unidades operacionais, em cumprimento a diretrizes de um plano maior (o plano estratégico), enquanto o **conhecimento de nível estratégico** é o conhecimento requerido para a formulação de planos e políticas no nível nacional ou internacional, referente ao Estado ou a uma instituição ou organização.

9. “Although secrecy is a necessary condition of the intelligence services’ work, intelligence in a liberal democratic state needs to work within the context of the rule of law, checks and balances, and clear lines of responsibility. Democratic accountability, therefore, identifies the propriety and determines the efficacy of the services under these parameters.” Born [2004]: 4.

10. Thomas Bruneau. **Intelligence and democratization**: the challenge of control in new democracies. The Center for Civil-Military Relations – Naval Postgraduate School, Monterey: Occasional Paper # 5, March, 2000. p. 15/16.

11. Área de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

12. Para Robson Gonçalves (2007, p. 5): “A natureza secreta das atividades de inteligência permite que muitas vezes sua missão seja desvirtuada. Estados totalitários utilizam-se das ferramentas de inteligência, dos conhecimentos obtidos e dos cenários projetados para ‘jogos de poder’ e para auferir vantagens pessoais para seus governantes. Nas democracias, mecanismos de controle são criados para impedir o uso político dos serviços de inteligência, porém nem sempre esses controles são efetivos, e a frágil barreira ética que impede seu mau uso é constantemente rompida.”

13. Peter Gill. **Policing politics**: Security and the liberal democratic State, London: Frank Cass, 1994.

14. Na cor azul, o novo passaporte brasileiro tem 16 itens de segurança: código de barras bidimensional, fundo com microletras, fundo com impressão íris, fundo com impressão invisível, impressão *intaglio* com imagem latente, laminado de segurança, proteção dos dados, marca d’água posicionada *mould made*, papel com fibras visíveis e invisíveis, papel com fio de segurança, papel reativo a produtos químicos, tintas sensíveis à abrasão e a solventes, fio de costura luminescente bicolor, perfuração cônica a laser, costura das páginas com arremate, entre outras características. Disponível em: <http://www.passaporte.info>. Acesso em: 08.02.2008.

Disponível em: http://www.dpf.gov.br/web/servicos/duvidas_frequentes_resposta.htm. Acesso em: 08.02.2008.

Disponível em: <http://www.dpf.gov.br/passaporte/#>. Acesso em: 08.02.2008.

15. *International Civil Aviation Organization.*

16. No tocante à reunião da ENCLA 2006 (Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro), realizada na cidade de Vitória/ES de 8 a 11.12.2005, citamos as seguintes metas:

- elaborar documento que regulamente o acesso dos Ministérios Públicos Estaduais às informações protegidas por sigilo fiscal;
- apresentar relatório sobre a possibilidade de informatizar o acesso do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal e do Coaf às informações da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
- propor medidas para aperfeiçoar a proteção de informações sigilosas;
- elaborar projeto para aprimorar a cooperação jurídica internacional nas áreas de fronteira;
- implantar sistema unificado e nacional de cadastramento e alienação de bens, direitos e valores sujeitos a constrição judicial, até sua final destinação;
- obter acesso integrado aos dados das Juntas Comerciais para os membros do Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD);
- obter do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a elaboração de cadastro nacional de assinantes de telefonia fixa e móvel e de Internet;
- completar a primeira fase da integração do acesso ao conteúdo das bases de dados patrimoniais, incluindo, pelo menos, as bases de veículos terrestres, aeronaves e embarcações.
- Em novembro de 2006 houve a reunião da ENCCLA 2007 (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro), na qual foi incluído o combate prioritário também à corrupção e foram traçadas novas metas, entre as quais se destacam:
 - elaboração de anteprojeto de lei para uniformizar e acelerar a comunicação, pelos órgãos de fiscalização e controle da Administração Pública, de indícios de ilícitos aos órgãos de investigação, inteligência e persecução penal;
 - regulamentação da obrigação de reportar operações suspeitas relacionadas a terrorismo e seu financiamento.

O acesso completo às metas do ENCCLA referentes aos anos de 2008 e anteriores está disponível no site do Ministério da Justiça na rede mundial de computadores: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJDD198628PTBRIE.htm>.

17. *International Ship and Port Facility Security.*

18. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u98858.shtml>. Acesso em: 10.02.2008.

19. Condoleezza Rice, assessora de Segurança Nacional do presidente George W. Bush, prestou depoimento, no mês de abril de 2004, diante da comissão bipartidária que investigou as circunstâncias dos atentados de 11.09.2001. Segundo reportagem de Caio Blinder da rede de notícias BBC Brasil, “Rice admitiu que havia alguns sinais de um grande ataque terrorista, mas insistiu não haver uma solução mágica para preveni-lo ou informações que indicassem que aviões com terroristas suicidas seriam usados como mísseis em Nova York e Washington” e “observou que até para a coleta eficiente de informações existiam ‘impedimentos legais e

estruturais' antes do 11 de setembro, como a falta de comunicação entre o FBI e a CIA."

Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/04/040408_caioblinderas.shtml. Acesso em: 08.02.2008.

20. Disponível em: <<http://www.americanfreepress.net/html/archives.html>>. Acesso em: 12.01.2005.

Referência bibliográfica (de acordo com a NBR 6023: 2002/ABNT):

GOMES, Rodrigo Carneiro. *Prevenir o crime organizado: inteligência policial, democracia e difusão do conhecimento.* **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 33, dezembro. 2009. Disponível em:
< http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao033/rodrigo_gomes.html>
Acesso em: 04 ago. 2010.

REVISTA DE DOUTRINA DA 4ª REGIÃO
PUBLICAÇÃO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRF DA 4ª REGIÃO - EMAGIS